

Os jovens anticapitalistas e a resignificação das lutas coletivas¹

Janice Tirelli Ponte de Sousa

Resumo:

O artigo traz elementos para pensarmos a constituição da cultura política contemporânea a partir de um dos sujeitos políticos que têm dado visibilidade às ações coletivas nesse campo – os jovens contestadores anticapitalistas. O foco sobre a juventude nos remete a uma perspectiva sociológica visando à identificação de elementos explicativos que dêem conta do agir político contemporâneo voltado para o processo de transformação social, especialmente a partir de 1960, auxiliando-nos a identificar os novos significados contidos nas manifestações de protesto e confronto contra a ordem social em tempos de globalização.

Palavras-chave:

Cultura política. Lutas coletivas. Anticapitalismo.

Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Doutora em Psicologia Escolar pela Universidade de São Paulo -USP.

PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 451-470, jul./dez. 2004

<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>

É possível sintetizar os significados atuais das lutas políticas de hoje fazendo um contraponto com os anos de 1960, mesmo correndo o risco de reduzir a profundidade das relações que envolviam aqueles jovens que viveram e vivem a sua juventude de modo contestador. Durante aquele período, os estudos focalizando a juventude, hoje clássicos entre nós sociólogos, indicavam o sentido provisório dos seus problemas e suas contestações no conjunto das manifestações sociais, mas, também, o sentido histórico-social que assumiam. Tiveram especial influência a produção teórica de Marcuse (1966; 1997; 1999) e as discussões e militância junto aos estudantes em 1968; Habermas (1968), com seu estudos sobre os estudantes universitários alemães em 1968; Ianni (1968) e Foracchi (1965; 1966), aqui no Brasil, com estudos comprometidos com a análise do significado dos movimentos de juventude nos países periféricos desde então. Os jovens contestadores dos *sixties* assumiam o comportamento social crítico daquela década ao reagirem à racionalidade que se instaura no pós-guerra, quando setores sociais e de classe se dispunham a mudar o mundo. Que ordem social era essa e o que queria essa geração de jovens contestadores?

Numa sincronia entre a vida particular e a coletiva, estes jovens recusavam os valores da ordem instaurada pela sociedade industrial moderna, inspirados nos pensamentos existencialista, marxista, anarquista e surrealista da época, idéias que fizeram, conforme suas epistemologias, a crítica da cultura e levaram junto a crítica da família e a crítica do conformismo e da impotência do indivíduo diante deste quadro.

O texto de Luiz Carlos Maciel, *Geração em transe*², é revelador como relato de quem viveu aqueles momentos no universo da contracultura. Segundo ele, havia uma rebeldia existencial na sua geração, que reconhecia que o homem é um absurdo, que era preciso encontrar um outro valor de vida; e havia uma rebeldia gestada na atração histórica pela política, orientada pela utopia de trazer um novo sentido à vida que organizasse o mundo diante de tal perplexidade.

Foi uma década que trouxe à tona o debate sobre o humanismo³ com a inclinação à supervalorização das subjetividades, como uma defesa do homem contra o sistema, a resistência a uma “engrenagem social” na qual o indivíduo é e se sente aprisionado como uma peça, dentro dos limites de uma função, preso à vida imediata, dando-se conta de que não tinha chances de discernir sobre o seu trabalho. Um homem cativo do presente.

Tanto na cultura quanto na política, configurou-se a criação de projetos alternativos para uma sociedade voltada para um projeto de modernização mais amplo. Os movimentos dessa década foram de “abertura” ou de “modos de vida”, como colocou Heller e Fehér (1994), e muitas de suas demandas revolucionárias foram, temporária ou permanentemente, abandonadas nas décadas seguintes, provocando contra-revoluções, como na questão da sexualidade, dada a ameaça da AIDS, e no movimento religioso fundamentalista, pela proibição do aborto.

Havia um sentido crítico naquele momento, como discutiu Marcuse (1996), como uma grande recusa do trabalho, da técnica, do consumo, das ideologias, e o debate e questionamento profundo dos valores tocaram intensamente os jovens em sua busca do novo.

O jovem que contestava naquele momento da história foi, assim, a caixa de ressonância da sociedade da sua época⁴, e ajudou a construir-se a si próprio – sob a representação de uma possível “natureza juvenil revolucionária”. Exemplos estavam para serem seguidos com Che Guevara (América Latina), Camilo Cienfuegos (América Latina), Mao Tsé-Tung (China), Martin Luther King (EUA) e, como memória, isso acontece até hoje.

Naqueles anos, suas respostas foram políticas e existenciais (luta armada/contracultura) e tinham como referência o universo da produção para estabelecer suas relações de medidas contestatórias, ou seja, o caráter da contestação era vinculado à esfera produtiva, à tradição do movimento operário e à experiência do modelo organizativo da classe social, e capitalizou os conflitos juvenis que se estruturaram a partir dela.

Para Marcuse (1996), a juventude, como uma nova vanguarda da sociedade, optou por uma revolução cultural e não por uma ruptura política quando, em 1968, rechaçou o sistema democrático representativo consolidado nos países da Europa ocidental. Na ocasião, expôs os limites do sistema definido em função da participação cidadã – por meio de representações nas esferas políticas e econômicas –, assim como a resolução dos conflitos através de grupos corporativos.

Em 1969, ele fala aos estudantes:

[...] os estudantes mostraram aos trabalhadores o que podia ser feito, e os trabalhadores seguiram as palavras de ordem e o exemplo dados pelos estudantes. Os estudantes foram literalmente a vanguarda, não de uma revolução, porque não era uma revolução, mas a

vanguarda de uma ação que de fato se transformou espontaneamente numa ação de massas. Na minha opinião, este é o ponto decisivo. O que testemunhamos em Paris durante estas semanas foi o repentino ressurgimento desta vez de uma tradição revolucionária, que estivera adormecida na Europa desde o início dos anos vinte, a ampliação e intensificação espontânea das manifestações, desde a construção de barricadas à ocupação de edifícios [...] O antigo movimento de protesto foi primeiro violentamente condenado pelos sindicatos controlados pelos comunistas e pelo jornal L'Humanité. Eles não estavam unicamente desconfiados dos estudantes, eles os insultavam. De repente se lembraram da luta de classes, que o Partido Comunista pusera por muito tempo, por décadas, no gelo, e denunciaram ter nada a fazer junto com os filhos da burguesia e não aceitariam ordens deles, uma atitude compreensível se nos lembrarmos que desde o começo a oposição estudantil não era apenas dirigida contra a sociedade capitalista e francesa para além da universidade, mas também contra a construção stalinista do socialismo. (MARCUSE, 1996, p. 60-61).

As diferenças no interior do “Maio de 68”, composto majoritariamente por jovens da classe média urbana das grandes cidades da Europa e da América Latina, guardaram algumas singularidades importantes para a distinção dos rumos posteriores do movimento estudantil nestes continentes. No Brasil, representou, segundo Guilhon de Albuquerque, a proletarização crescente das classes herdadas da sociedade pré-industrial, e o seu questionamento do sistema foi apenas uma parte da sua intervenção concreta na sociedade. O movimento estudantil que emerge neste contexto é o movimento social nascido da reivindicação de setores das classes urbanas que contam desempenhar um papel que não ocupam no contexto do sistema econômico e um papel junto à máquina do Estado, até então. Paradoxalmente, à medida que se identifica com as massas populares urbanas, o jovem se orienta igualmente para a transformação da sociedade, para a industrialização. (ALBUQUERQUE, 1977, p. 143-144).

Por seu lado, no movimento estudantil na França desse período, a contestação é de natureza discursiva; é um movimento de defesa de ações simbólicas, apoiado num passado de classe que definia o modelo de soci-

idade. Os jovens lutam, portanto, por uma função ideológica de seus membros, e não no terreno político em nome de sua posição no sistema.

Ao nos determos em como os jovens estavam organizados nestes espaços políticos, podemos perceber, tanto no contexto da Europa quanto da América Latina desse período, por que o conceito de juventude associou-se ao conceito de classe, e o quanto seus métodos de ação foram definidos pelas organizações políticas de então.

Ou seja, havia uma estreita relação entre a organização do movimento estudantil e a organização do movimento classista de origem na luta operária, que orientava as organizações de esquerda a uma prática vanguardista e deslocava a militância do centro para a periferia das grandes cidades, afirmando o papel do intelectual no traslado ideológico para a classe operária.

A ênfase na transformação das estruturas do poder criou uma cultura política paradoxal, na qual o movimento de crítica ao aprisionamento causado pelo individualismo direcionou a vida de muitos jovens para uma militância modelada no adestramento, na disciplina, numa estrutura centralista de decisão, que priorizava as grandes mobilizações de massa. Ao proporem um projeto unificador de transformação social, a guerrilha urbana e a luta armada no campo, historicamente, foram as lutas anti-sistêmicas da época que sofreram uma das maiores derrotas no conjunto das lutas sociais.

A cultura do medo que se instaurou naqueles anos, e se seguiu ao longo dos seguintes, não neutraliza a negação do sistema por meio da luta anticapitalista, que marcou a identidade política coletiva de uma certa juventude daquele momento, e pode ser considerada como um ponto de partida para a identificação e compreensão da sociabilidade política do jovem contestador contemporâneo. Havia uma negação anti-sistêmica cuja existência a cultura do medo não conseguiu impedir, ou seja, os movimentos juvenis contemporâneos trazem os conteúdos e significados da heterodoxa tradição anti-sistêmica dos anos de 1960 nas suas manifestações contestatórias frente às novas relações de medida social e política estabelecidas na realidade de hoje.

Uma certa juventude dos anos de 1960 era mobilizada, tanto por concepções políticas revolucionárias inspiradas no padrão clássico da luta operária, quanto inspiradas na ideologia libertária dos *sixties*, que se contrapunham às táticas programáticas das organizações políticas tradicionais. O

que se percebe é que a primeira, quando trazida para a prática política da juventude contemporânea, foi destituída do seu poder convocatório, revelando-se como um discurso cindido e sem sentido devido à perda da sua materialidade nas novas formas que assumiram os antagonismos entre as classes sociais. Revelam que estes movimentos, hoje enraizados no processo institucional do sistema político, principalmente via sistema partidário, não têm mais respostas e nem poder de convocação junto às novas gerações para contestar o próprio sistema, pela expansão das relações de força do sistema-mundo que consagra a economia do capitalismo atual.

Os movimentos juvenis: a face contemporânea da ação coletiva

Alguns movimentos juvenis contemporâneos, porém, ainda inspirados na prática libertária, resgatam conteúdos que, mesmo considerados novos, estavam preconizados no projeto político libertário de “Maio de 68” em forma de organização e em concepção política: nem partido, nem vanguarda, nem líderes que anunciassem um projeto político oficial; convidavam à revolução do cotidiano, realizando a arte nas ruas com ações contra-instituintes.

Composta de um novo ideário, os movimentos anticapitalistas que tiveram origem nas ações coletivas independentes da última década, trazem em sua agenda questões variadas, desde as relações políticas nacionais e internacionais até as ecológicas. Quem são eles?

São jovens que atendem ao chamado de grupos de ação direta; grupos independentes ligados a entidades estudantis; coletivos anarquistas, socialistas, marxistas que acreditam numa sociedade sem classes, mas num socialismo não-ditatorial, autonomista de várias tendências; estudantes geralmente não vinculados a siglas partidárias. Ambientalistas, sindicalistas, religiosos progressistas, cada qual com seu motivo de protesto; ecologistas radicais que aderem em grupo ou individualmente à ação direta como simpatizantes de causas específicas e que não pretendem se identificar com nenhuma tendência política, mas estão presentes em manifestações coletivas de caráter ideológico contra a ordem social.

Mas, a partir de que elementos é possível observar e distinguir essa nova sociabilidade política na nova geração?

Segundo Klein (2002), o crescimento recente da militância da juventude se dá na maior percepção das ligações de nomes internacionalizados

de marcas de produtos em seu cruzamento com o mundo e o poder político das grandes corporações, gerando, assim, uma resistência anticorporação. O inchamento das grandes corporações, nos anos 1980, com a filosofia de que o objetivo não é produzir coisas, mas imagens de suas marcas, leva a fusões das grandes companhias/empresas apoiadas fundamentalmente na publicidade e na exploração do trabalho (também juvenil) dos países periféricos. Isso só foi possível devido a políticas de desregulamentação e privatização das últimas décadas.

Nesse conjunto, incluiu-se a escola – um “mercado até então inexplorado” pela entrada de marcas de produtos na área educacional-, na qual a tecnologia passa a fazer parte do cotidiano da sala de aula, das parcerias, dos acordos de patrocínio com empresas, que se apresentam como incentivadoras da modernização, impondo como preço a publicidade intra-muros escolares, segundo Klein (2002, p. 148), ao lembrar a situação das escolas públicas norte-americanas, os estudantes, ocupados demais analisando as imagens do mundo, não notaram que o próprio muro “tinha sido vendido” .

A recusa dessa razão instrumental – simbolizada na forma como o capital, por meio das grandes corporações internacionais, impregna a vida cotidiana dessa nova geração – tem constituído as novas manifestações contestatórias de rua em cidades onde estão instalados os centros financeiros do grande capital, do Brasil e do mundo. Em espaços de encontro internacional, reais ou virtuais, a partir de manifestos que desencadearam a sua convocação, tem feito emergir uma nova sociabilidade política que vem conduzindo o novo agir político de milhares de jovens.

O Manifesto da Ação Global dos Povos – AGP, sigla que congrega parte dessa militância, se propõe como um espaço político internacional de encontro entre vários movimentos sociais, onde cada um a seu modo combate a “*destruição da humanidade e do planeta, a exploração e alienação do homem pelo sistema de produção (e consumo) de mercadorias*”, sem ser a única iniciativa globalizada que centraliza as insurgências contra o grande capital. A AGP nasce em Barcelona, em 1997, numa reunião entre três a quatro mil pessoas de 50 países no 2º Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Parte das pessoas que lá estiveram já haviam estado juntas um ano antes, no 1º Encontro promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1996, em Chiapas (México). Este foi o início de um longo calendário que vem se seguindo anual-

mente, quando muitas organizações e movimentos se articularam e deram impulso às manifestações anticapitalistas em várias partes do mundo.

Os jovens desses movimentos utilizam recursos da indústria cultural e tecnológica para articularem uma rede movimentalista. Comunicam-se e coordenam-se, via *Internet*, consolidando laços, conhecimentos entre si e recrutando novos adeptos. As listas de discussão dimensionam a informação, a organização, o esclarecimento das ações e, principalmente, o debate dos diferentes pontos entre os membros da rede. Os manifestantes se informam com relação às causas que defendem e se atualizam com os métodos de que dispõem para o enfrentamento da ordem institucional e seu braço armado. Propõem-se a não agir com violência, mas não negam que ela seja necessária, muitas vezes como defesa, sendo esse debate constante entre ativistas, principalmente entre os latino-americanos, que sofrem ainda com a ação antipedagógica da estrutura das polícias repressivas herdadas dos ex-governos ditatoriais, como no Brasil⁵. Por essas ações percebe-se que a política institucional se habilita na criminalização dos atuais movimentos de ação global e direta, para afirmar o monopólio do Estado na neutralização das ações contra a ordem instituída.

Estes jovens, porém, se pensam globalmente, atuam localizadamente em comunidades e bairros, provendo a organização política de grupos juvenis e criando canais de comunicação com rádios comunitárias e atividades culturais variadas.

No seu ideário, não há preocupação de se tornarem um espaço organizado com identidade única, mas espaço de encontro que possibilite a atuação em rede de diferentes organizações, grupos e indivíduos, que tenham pontos mínimos de concordância, conforme a compreensão sobre a emancipação social. Atuam nas datas escolhidas para mobilizações de ações globais como resposta às questões da ordem mundial, como, por exemplo, as organizadas contra a Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA), e que, desde 1997, no México – seguindo-se da ação de resistência global em Washington, Seattle, Praga, Nice, Davos, Quebec, Gênova, Cancun etc. –, têm manifestado uma insurgência juvenil contra os acordos de cúpula internacional do G8⁶.

Os pontos comuns que podem ser identificados nesses grupos:

- 1- A adesão a ações diretas é um ponto comum entre esses grupos, justificadas como ações alternativas, formas possíveis de manifestação quando outras formas se esgotam, ou

quando os direitos sociais e legais são restringidos, como uma maneira de recusar a violência da força do sistema capitalista globalizado.

Seu modelo de atuação se contrapõe frontalmente ao modelo marxista-leninista de organização e é adotado a partir da compreensão de que o mundo está num momento de mudança profunda e que a política está sob um novo ciclo. Além da adesão à ação direta, outros pontos unem esses ativistas: a criatividade e autonomia na sua articulação como grupo, promovendo a liberdade e a independência de cada sujeito de agir e decidir sobre sua participação nas ações coletivas.

Vem daí a necessidade da insurgência como contraponto à naturalização das relações impostas pela economia globalizada, para deslegitimar a instituição, para deslegitimar a instituição do capital financeiro que está presente na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), representando banqueiros e capitalistas multinacionais etc.

Todos esses grupos – alguns criados por muitos jovens sem vínculos institucionais –, organizam-se de forma não-hierárquica, tendo como base a crítica às formas tradicionais de organização política que, na opinião de seus membros, foram colocadas a serviço das elites de dirigentes políticos, sindicalistas, parlamentares.

- 2- Outro ponto comum é a horizontalidade nas decisões como vínculo com a democracia direta, formação da consciência e da ação autônoma. A afinidade com o socialismo autogestionário fica identificada no engajamento em que ninguém se submete a autoridade alguma ou a algum órgão de direção: os indivíduos estão juntos por partilharem de idéias que os levam ao ativismo de protesto.

Individualmente, ou a partir do pertencimento a algum grupo de afinidade, esses jovens se juntam numa espécie de rebelião aberta, mutante, definida e preparada coletivamente. A novidade dessa forma de agrupar-se está na concepção política que vai sendo definida conforme cada Dia de Ação Direta que é organizado com fins de protesto, ocupação do espaço público, bloqueio de algum evento ou acontecimento etc. Formam assim a “coalizão das coalizões”. O modelo da rebelião zapatista e a idéia de pertencimento a um movimento que “escuta” são os principais

elementos políticos que inspiram suas ações. A idéia central é criar um movimento que envolva a todos e permita um coletivo que seja *a expressão e o resultado* de uma *conjunção de interesses diversos*, uma exigência dos protestos contemporâneos. *Dedos entrelaçados* substituem a tradição dos *duzentos anos de punho fechado*⁷, para esta nova geração de jovens contestadores.

A ação direta, a abertura à mudança, a não-rigidez da sua estruturação em grupo, a disposição de admitir erros e aprender com eles marcam o comportamento político coletivo dessa nova geração de militantes anticapitalistas. A analogia do movimento com um ecossistema – algo que sempre está mudando e vivendo a sua própria diversidade – revela seus princípios orientadores: a *diversidade*, que faz com que não seja permanente, que morra e renasça sob nova forma conforme as circunstâncias; a *descentralização*, porque não há um centro irradiador de algum princípio único, mas uma conexão de vários pontos diferentes entre si; a *interdependência*, que cria a necessidade e dependência entre as partes do movimento que têm relação com o local, mas conectado com o global; a *interconexão* do particular com o universal, quando os movimentos localizados estão conectados com o global.

Os grupos discutem táticas comuns; intercambiam experiências, sem a intermediação de qualquer organização oficial; discutem as atividades operacionais e administrativas relacionadas aos eventos, e escolhem alojamento, abastecimento, consultas jurídicas, tipos de ações, intercâmbio de informações. Seleccionam os lugares onde realizarão certas atividades com as quais concordam. As decisões não são tomadas por unanimidade e os ativistas mais extremistas podem optar por fazer o que lhes aprouver⁸. Considerado como um ícone da pós-modernidade, esse *movimento dos movimentos* age no plano simbólico, é ideológico, tende a estender-se ao redor do mundo, é cosmopolita.

No Brasil do fim da década de 1990, estes grupos começam a ter visibilidade em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Belo Horizonte e seguem uma orientação difusa, porém partilhada com os interesses globalistas dos grupos internacionais. Geralmente provindos da classe média, são jovens familiarizados com a “idéia” da resistência global, mantêm contato com grupos articuladores do Fórum Social Mundial, como o ATTAC – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão –, e têm conseguido se agregar como um núcleo jovem; provêm de grupos punks, anarco-punks, anarquistas, comunistas e socialistas in-

dependentes e há aqueles que não se definem ideologicamente, recusando qualquer rótulo. Têm conseguido atingir a simpatia, inclusive, de tendências mais à esquerda do Partido dos Trabalhadores. Embora mais incipientes em suas ações, convocadas dispersamente via grupos de afinidades próximos ou listas de discussão na *Internet*, conseguiram realizar duas grandes manifestações, ambas recebidas, sem surpresa, pela usual truculência do uso latino-americano do aparato repressivo, contra a Área de Livre Comércio para a América Latina (ALCA), em São Paulo, em abril de 2001, e contra a reunião de cúpula governamental e empresarial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), em Fortaleza.

Dentro dessa perspectiva organizativa sem fixidez, esses jovens vinculam o presente à sociedade que querem para o futuro. Na organização das ações de protesto, procuram expressar o mundo que estão pretendendo criar no futuro, dentro do princípio de que os objetivos e modos de organizar um movimento não devem ser diferentes, têm que ser totalmente relacionados. O ânimo da participação parece recompor nestes limites o valor de uso da política, num presente que se revoluciona como um cotidiano rebelde, não repetitivo e com perspectivas.

Nos meses que antecedem as manifestações antiglobalização nas ruas das grandes capitais do mundo são fornecidos treinamentos de técnicas de ação direta aos manifestantes e “regras” de desobediência civil para que eles obtenham resultados nas suas ações. Nos Eua e Europa, alguns grupos se especializaram⁹ no treinamento do protesto de rua, ensinando formas eficazes de enfrentamento de obstáculos colocados pela repressão policial, pressões e confrontos de rua.

Ressignificação da política nas novas formas de manifestação

Os jovens ativistas globalizados mesclam formas tradicionais e inovadoras nas ações de massificação do protesto não-violento às instituições e na utilização do humor e criatividade, como se testemunhou nas manifestações desde o S26 (26 de setembro de 2000), em Seattle. Nos anos que se seguiram houve um conjunto criativo de manifestações coletivas de rua redefinindo significantes da política. Foram espetáculos artísticos, “bicicletadas”, carnavais globais, festas de rua, reclamações e protestos, invasões de terrenos estatais ou edifícios de escritórios para atividades construtivas e não lucrativas, marchas, músicas e cantorias, danças, teatro de rua, discursos, distribui-

ção gratuita de comida, feiras de escárnio e maldizer, oferta de empréstimos não-lucrativos à porta de grandes bancos (como a proposta de fazer da Bolsa de Barcelona um espaço de cultura e lazer), bloqueios de ruas, encerramento de instituições, sabotagem, destruição ou interferência na infra-estrutura capitalista. Cada evento ou ação foi organizado autonomamente por um grupo ou por possíveis coligações existentes entre grupos, indivíduos e movimentos em nível local, regional e nacional.

- 3- O anticapitalismo é outro princípio que orienta a agenda política dos jovens desses grupos ativistas. Consideram que o capitalismo humanizado não conseguirá perder sua face de opressão, alienação e exclusão, e questionam o sistema. Seu objetivo supremo de maximizar o lucro, a lógica de funcionamento que explora homens e mulheres, destrói aceleradamente a natureza e aprofunda a desumanização quando impõe o comércio e o lucro como valor maior da sociedade. A prática internacionalista desses grupos reforça a herança das lutas históricas da classe trabalhadora, que antes era solidária aos povos oprimidos pelo domínio colonial dos países desenvolvidos, e hoje atravessa fronteiras contra a opressão comum do império do capital com a globalização da economia. As lutas globais colocam-se então como o início de um caminho que pode reverter um ciclo de derrotas populares em uma resistência vitoriosa com a consigna de que a resistência ao capital deva ser *tão global quanto o capital*.

A política como valor de uso e não de troca

Os movimentos juvenis contemporâneos, com sua nova forma de agir coletiva, pela nova dimensão da experiência social que sugerem, fornecem elementos à retomada do conceito de política na teoria social que pode ser identificado nas novas contestações. Apesar de mais vago e até impreciso, o conceito de política que qualifica o elemento político da ação coletiva juvenil contemporânea adquire contornos nítidos nos últimos anos por meio de insurgências juvenis indicadas em ações contra-instituintes. A maleabilidade, a capacidade de mudança e a adaptação das expressões escolhidas como forma de recusa às instituições são atravessadas por experiências tênues de autogestão, as quais questionam o princípio jurídico e

político da ordem institucional que orienta a lógica do convívio social moderno (LOURAU, 2000). A matéria da política parece estar orientada pela ação antiinstitucional que se revela como uma luta contra a política como tecnologia e poder, deslocada de sua disposição emancipatória, não menos comprometida como instrumento de uma coletividade.

Cabe, então, perguntarmos se nas ações de uma parte dos jovens contestadores contemporâneos estará indicado o reavivamento do valor de uso da política que se buscou nos anos 60, o reencontro da convicção sobre a ação, o exercício do discernimento tão enfatizado pelos anos nos quais a revolução social estava na pauta do cotidiano. Nos jovens estará o reencontro da política na política, a expressão das aspirações cotidianas, do mundo do seu trabalho, do seu lazer, da sua sobrevivência, enfim, aquilo que Negt e Kluge (1999) classificaram como a palavra na coisa, o que seria a própria luta pela ressignificação da política?

Parte da geração dos jovens contestadores dos anos de 1960 compreendeu e recusou o conceito moderno de política ao não considerar a estrutura do sistema estabelecido ou seus grupos de pressão, ao se recusar aos seus vínculos e métodos de ação e ao praticar a espontaneidade consciente e criativa. Apontou elementos que mostraram como a política construiu-se como uma ação institucional desenvolvida na lógica da divisão social do trabalho, estreitamente ligada ao conceito de poder – como meio de domínio entre os homens; como a sua evolução na trajetória da Modernidade resultou num saber técnico voltado a uma estabilidade de relações que se transformam em instrumento e em regras de conquista e de manutenção do poder. (NEGT; KLUGE, 1999, p 57). Os mesmo autores tratam a possibilidade da ressignificação do sentido da política pela necessidade da sua recuperação por seu valor de uso, que só pode ocorrer quando apontar para além dos limites técnicos a que ela se reduziu e para o esclarecimento do lugar social para onde ela tem se transferido.

Isto dá vida à “matéria-prima” do agir político que, em sua forma elementar, não é o pólo oposto da intimidade ou da privacidade, tampouco da substância social encontrada ou daquilo que é excluído. Tudo isso pode se politizar, segundo os autores.

As “matérias-primas” da política seriam, então, os sentimentos, os interesses, os protestos, ainda que esta seja uma idéia reguladora de emancipação social. Para eles, ao associar a liberdade individual à força

social associativa forçamos a necessidade individual a se expressar na busca dos direitos, negando o isolamento e a sujeição ao elemento político no sentido tradicional:

[...] não basta ter necessidades. É preciso expressá-las verbalmente a fim de que a simples carência se transforme em direitos [...]. No dia-a-dia, os sentimentos, protestos e desejos podem assumir intensidades muito elevadas, que também podem ser expressas e repetidas publicamente. Esses tons diferentes têm legitimidade sobretudo quando são baixos – baixos em relação ao coro de todas as outras vozes na coletividade, com as quais concorrem e com as quais precisam se unir. Trata-se de contribuições e de exigências fracas que partem de fontes individuais e entram na produção: partem das famílias, da produção industrial, do mundo da esfera pública. São fracas enquanto atos isolados, medidos pelo volume de uma circunstância administrativa, de um estado federativo, de toda a república, de uma capital [...] (NEGT; KLUGE, 1999, p. 54).

Considerações finais

Quando milhares de jovens, em março de 2003, deitaram-se em frente à Casa Branca, em Washington, manifestando-se contra a invasão do Iraque pelos EUA, as esperanças nos movimentos de rua se reacenderam e reavivaram um novo modo de agir político que vem ocorrendo desde a chamada Zapatista contra o neoliberalismo e pela humanidade no I Encontro Intergaláctico Contra o Neoliberalismo, em 1994.

O que muitos jovens (e adultos, também, evidentemente) gritaram em 1968, e muitos outros hoje estão começando a expressar nas suas manifestações, é que o afastamento do elemento político e os resultados da política se perderam para a disputa institucional e devem ser contestados se quisermos construir uma nova sociabilidade. Confirmam com sua atitude que, pelo contrário, as respostas políticas são respostas humanas que, quando absorvidas pelas instituições, tradições do poder do Estado, *realpolitik* (NEGT; KLUGE, 1999), são assaltadas no seu princípio de realidade, provando a inutilidade da política

que não produz o durável, não produz a comunidade, porque se subsumiu o seu valor de uso no valor de troca.

Essa é a sensação que temos todas as vezes que vemos ou ouvimos os representantes das instituições políticas e concluímos sobre a sua fragilidade como expressão da democracia representativa. Discurso cindido que não convence porque a palavra não tem relação com a coisa, como demonstram os autores citados. A falta de medida de suas relações de conteúdo, nesses termos, resulta da ausência da preocupação com a comunidade porque o elemento político, como ato livre, torna-se cativo de uma relação reduzida à troca. A política, que está ligada nos tempos recentes à idéia de liberdade, como lembra Arendt (1999, p. 61), deixa de resguardar sua positividade quando os meios utilizados para protegerem o seu espaço, ou mesmo para fundá-la ou ampliá-la, como a *pressão e violência*, passam a significá-la, quando são na realidade “fenômenos marginais”, que pertencem ao fenômeno da *coisa política*, mas “não são ela”.

Uma das questões que nos colocamos, e que está presente na discussão aqui apresentada, refere-se ao papel das novas gerações de jovens contestadores na reorientação do sentido da política, no resguardo da linguagem política para que as suas expressões conceituais não estejam sujeitas a se separarem do seu significante, restabelecendo seus conteúdos semânticos cunhados historicamente, que sedimentaram a vontade própria, a coragem e os sofrimentos dos homens, como uma espécie de direito natural.

A linguagem política, como palavra ou como ação, é um meio de expressão decisivo para a identidade dos movimentos juvenis como um dos espaços de recuperação do sentido emancipador do elemento político (NEGT; KLUGE, 1999) e um meio de recriação contra a perda do vínculo entre a política e a capacidade de discernimento – capacidade de distinguir entre uma prática que leva à emancipação, à organização racional da sociedade e à libertação individual, e outra que é indiferente a ela, servindo à política como profissão.

Em síntese, para resgatar esse valor de uso os jovens contestadores, de algum modo, parecem apontar para a política como reapropriação dos conceitos quando querem transformar a política desde o seu cotidiano e recuperar a dimensão pública da linguagem do protesto, além de deixar de contribuir para a cristalização das estruturas sociais de privilegiados. As suas manifestações atuais têm demonstrado o quanto se referem

aos movimentos de emancipação, extraídos das necessidades e interesses das pessoas, reforçando a idéia de que uma linguagem política não é uma substância de que os indivíduos, grupos e coletividades têm a posse e podem usar a seu bel-prazer, mas que se forma em meio à discussão e à disputa, à expropriação e à reapropriação. Ou seja, as palavras atrapalham ou ajudam os homens e [...] se a humanidade não formulasse frases, não precisaria de arma. (NEGT; KLUGE, 1999, p. 60). Talvez este caminho esteja sendo traçado pela juventude quando hoje não mais propõe ser sujeito histórico, mas viver e intervir nos processos que modifiquem a sua condição de vida, revelando elementos que parecem ressignificar um passado recente, quando, segundo Feixa (2002), se deslocam da periferia social e territorial, surgindo nos bairros populares e nas zonas indígenas, ainda que sejam, posteriormente, reapropriados por setores da classe média; transitam do político ao cultural, perseguindo a mudança das estruturas de significação da vida cotidiana sem dar ênfase à transformação das estruturas do poder; organizam-se em rede para se apropriarem de uma malha de ações difusas, sem centralidade e sem finalidades únicas; abandonam o mito da igualdade (geracional, étnica, social etc.) para dar ênfase aos diferentes estilos de vida que querem ter; partem do não-sucesso, como contrapartida dos não-lugares; a família, a escola, as corporações não são as únicas que socializam, mas a rua, o grupo, a rede difusa de identidades genéricas; são informais em seus vínculos e sua sociabilidade é menos rígida; criam movimentos e estilos juvenis que transcendem as fronteiras territoriais e são permeáveis às múltiplas expressões que se conectam no plano cultural em todo planeta; baseiam seus relacionamentos em pequenas unidades territoriais ou sociais e interligam-se aos movimentos globais, mediados pela tecnologia de rede (FEIXA, 2002).

As questões sugeridas neste debate tratam, pois, da explicitação do valor de um agir político que se provou inútil, não produziu o durável, não produziu a comunidade, serviu apenas a quem interessava, já era questionado por uma juventude contestadora dos anos de 1960, e que é pertinente considerarmos como intenção das experiências políticas das novas gerações.

Entender o caráter da ação política de grupos ou movimentos a partir do reconhecimento da precariedade das respostas para a solução das questões sociais, da democracia, da política e da emancipação individual é uma questão fundamental para a teoria social contemporânea.

Notas

- 1 Texto apresentado parcialmente na Mesa Redonda “História, Política e Teoria Social: os Movimentos Sociais dos anos 60 e a gênese de novas perspectivas na sociologia”, no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 01 a 05 de setembro de 2003, Unicamp – Campinas/SP.
- 2 Maciel (1996).
- 3 Ferrer (1999).
- 4 Mellucci (1997).
- 5 A repressão explícita aos jovens ativistas autônomos, em São Paulo, durante as manifestações contra a reunião do G8 em abril de 2001, evidenciou a preocupação político-institucional com as novas articulações expressas nos movimentos de ação direta que vêm surgindo também nas grandes capitais brasileiras e na América Latina.
- 6 Reunião dos dirigentes dos sete países mais ricos do mundo, mais a Rússia.
- 7 Depoimento de John Jordan, no II Fórum Social Mundial, realizado de 31/01 a 5/02/2002, na cidade de Porto Alegre - RS.
- 8 Segundo análise da Jornalista M. Mergier, sob o título *El movimiento globalifóbica*. Veiculado na íntegra no site do Centro de Mídia Independente.
- 9 Ficou conhecido o grupo Ruckus Society, que nasceu em Berkeley (Califórnia – 1995).

Referências

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.119-168.
- ALBUQUERQUE, J. Guilhon Augusto. Movimento estudantil e classe média no Brasil: estudo comparativo. In: _____. *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 117-144.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 31-88.
- _____. *O que é política?* Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CARDOSO, Irene Arruda Ribeiro. Maio de 68: o advento do individualismo e da heteronomia. *Tempo Social*, v. 1, n.1, p. 235-246, jan./jun. 1990.
- ECHEVARRÍA, José Medina. A juventude latino-americana como campo de pesquisa social. In: BRITO, Sulamita. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 183-200.
- FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITO, Sulamita. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 37-68.
- FEIXA, Carlos et al. *Movimientos juveniles de la globalización: a la antiglobalización*. Barcelona: Ariel, 2002.
- FERRER, Christian (Org.). *El lenguaje libertario: antología del pensamiento anarquista contemporáneo*. Buenos Aires: Grupo Editorial Altamira, 1999.
- HABERMAS, J. et al. O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. In: BRITO, Sulamita. *Sociologia da Juventude II: por uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 115-133.
- HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pêndulo da modernidade. *Tempo Social*. v. 6, n. 1-2, p. 47-82, 1994.
- IANNI, Otavio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-242.
- KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2002.
- LIBERATO, L. V. Maia. *Pouco além do consumo: um breve exercício teórico sobre o anticapitalismo contemporâneo*. Florianópolis: PPGSP/UFSC, 2003. Workshop. Mimeografado.
- LOURAU, René. Instituído, instituyente, contrainstitucional. In: FERRER, Christian (Org.). *El lenguaje libertario: antología del pensamiento anarquista contemporáneo*. Buenos Aires: Grupo Editorial Altamira, 1999. p. 111-124.
- LOUREIRO, Isabel (Org.). *Herbert Marcuse: a grande recusa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- MACIEL, Luis Carlos. *Geração em transe: memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1996.

- MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. *Revista Praga*, São Paulo, n. 1, p. 113-140, set./out. 1996.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1966.
- _____. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1-2.
- MARGULIS, Mario. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTUCELLI, Danilo. Figuras e dilemas da juventude na modernidade. *Revista Movimento*, n.1, maio 2000.
- MELLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 5-14, 1997.
- NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. *O que há de político na política*. São Paulo: UNESP, 1999.
- PERALVA, Angelina. O Jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, 1997.
- RIBEIRO NETO, Arthur. Um laço que não une mais. *Desvios*, n. 4, p. 58-71, 1985.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker/ Fapesp, 1999.
- _____. Herdeiros deserdados juvenis: do pragmatismo à convicção política. In: ENCONTRO DE PRÉ-VESTIBULAR POPULAR, 1., 2000, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: UFSC, 2000.
- _____. Insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, jul. 2002.
- _____. Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 26, p. 52-80, out. 1999.
- _____. A juventude e o rompimento da tradição na constituição do espaço público. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 9, p. 51-78, 2002.
- _____. Durand, O. Experiências educativas e a juventude: entre a escola e os grupos culturais. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, p. 155-186, 2002.
- THIOLLENT, Michel. *Reflexões sobre a condição estudantil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Mimeografado.

Young anticapitalists and the resignification of collective struggles

Abstract:

This article analyzes the constitution of a contemporary political culture based on one of the political subjects that has given visibility to collective action in this field – young anticapitalist militants. The focus on youth steers us to a sociological perspective that seeks to identify explanatory elements that consider contemporary political activity aimed at social transformation, especially since 1960, and that help to identify the new meanings contained in protest demonstrations and confrontations against the social order in times of globalization.

Key words:

Political culture. Collective movements. Anticapitalists.

Los jóvenes anticapitalistas y la resignificación de las luchas colectivas

Resumen:

El presente artículo presenta elementos para pensar la constitución de la cultura política contemporánea a partir de uno de los sujetos políticos que dieron visibilidad a las acciones colectivas en este campo – los jóvenes contestadores anticapitalistas. La centralidad en la juventud nos remite a una perspectiva sociológica, y a partir de ella, se procura identificar los elementos explicativos sobre la acción política contemporánea, orientados para el proceso de transformación social, en especial a partir de 1960. Interesa también, auxiliándonos en esa perspectiva, comprender los nuevos significados encontrados en las manifestaciones de protesta y el confronto contra el orden social en tiempos de globalización

Palabras clave:

Cultura política. Lucha colectiva. Anticapitalismo.

Janice Tirelli Ponte de Sousa
SPO/CFH/UFSC
Campus universitário - Trindade
CEP: 88010-970 - Florianópolis -SC
E-mail: janice@cfh.ufsc.br

Recebido em:12/04/2004
Aprovado em:20/07/2004